



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

DECISÃO DO PREGOEIRO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº 09/2023

Processo Administrativo nº 1946/2022

Recorrente: 3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA – CNPJ Nº 04.238.297/0001-89

Recorrida: VPX TECNOLOGIA LTDA – CNPJ Nº VPX TECNOLOGIA LTDA

Objeto do Recurso: Grupo único

Encaminho a presente decisão para apreciação da autoridade superior deste Conselho Regional para análise e julgamento do recurso interposto pela licitante:

3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA, doravante denominada **Recorrente**, contra os atos do Pregoeiro de aceitação e habilitação para o Grupo único, da licitante VPX TECNOLOGIA LTDA, ora Denominada **Recorrida**.

1. Dos pressupostos recursais e da tempestividade

Após habilitação da empresa vencedora, ocorrida em 15/03/2023, relativa ao pregão eletrônico nº 09/2023, aberto em 13/03/2023, iniciou-se o prazo para manifestação de intenção de recurso.

A Recorrente manifestou interesse em recorrer, e os pressupostos legais de admissibilidade, quais sejam: tempestividade, legitimidade e motivação, foram atendidos.

Foram apresentadas tempestivamente, via sistema Compras.gov (“Comprasnet”), as razões e contrarrazões de recurso.

2. Da razão de recurso

Em síntese, alega a Recorrente em suas razões de recurso que:

- a) A recorrida não conseguirá assegurar a garantia dos itens por 60 meses, uma vez que o site da fabricante Edge-core informa que a garantia dos seus itens é de apenas 36 meses;
- b) Que não houve apresentação de “declaração expressa em carta oficial do fabricante” com a comprovação da garantia de 60 meses;
- c) A Recorrida também deixou de apresentar o certificado emitido pela fabricante que seu(s) técnico(s) possuem capacidade técnica mínima para a realização do projeto de implantação (item 4.13.1 do Anexo I – Termo de Referência);
- d) A recorrida não demonstrou capacidade de atendimento ao objeto contratado e eventuais chamados com nível de severidade crítico, que devem ser resolvidos em até 04 (quatro) horas corridas, por ser sediada em outro Estado e por causa de supostas limitações em seu website;





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- e) Por fim, não seria possível confirmar se os itens ofertados pela recorrida cumprem as exigências editalícias pois não puderam encontrar o documento contendo as especificações apresentadas como constantes do arquivo "WFA116573 (EAP101).pdf".

No intuito de corroborar sua afirmação, a Recorrente indica link da fabricante Edge-core (<https://www.edge-core.com/supWP.php>) onde conseguiu localizar as informações referentes à garantia de uma série de equipamentos da empresa e, por fim, requer que seja julgado procedente o pedido de recurso interposto, desclassificando a Recorrida.

3. Da contrarrazão de recurso

Em sua defesa, a Recorrida apresentou as contrarrazões, nas quais, em síntese, alega que:

- a) Sua capacidade de entregara garantia conforme o Edital fora diligenciada pelo pregoeiro e aceita pela área técnica;
- b) A capacidade profissional de sua equipe foi igualmente diligenciada;
- c) Não há qualquer limitação geográfica dentre as exigências do Edital, permitindo ampla participação nos termos da Lei;
- d) Possuem diversos clientes públicos e privados – comprovados via Atestados de Capacidade Técnica – inclusive na cidade de São Paulo;

Por fim, a Recorrida solicita que seja julgado improcedente o pedido de recurso interposto pela empresa Recorrente, ratificando a decisão que consagrou a Recorrida vencedora do certame. Caso contrário, requer que o processo seja remetido para apreciação da autoridade competente.

4. Da análise do pregoeiro

A princípio, a análise das propostas, bem como dos documentos de habilitação, são atribuições do pregoeiro. No entanto, o Decreto que regulamenta o Pregão Eletrônico, nº 10.024/2019, bem como o próprio edital, traz a prerrogativa de o pregoeiro solicitar a manifestação das áreas técnicas sempre que necessário, a fim de subsidiar e embasar a tomada de decisão acerca de documentos relativos ao certame:

"Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão."

Esta prerrogativa se fundamenta também na Instrução Normativa SGD/ME nº 01/2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e comunicação – TIC pelos órgãos e entidades da Administração Direta do Poder Executivo Federal, adotado pelo Coren-SP como boa prática:

"Art. 28. Caberá à Equipe de Planejamento da Contratação, durante a fase de Seleção do Fornecedor:

III - apoiar, em sua área de atuação, o pregoeiro ou a Comissão de Licitação na análise e julgamento das propostas e dos recursos apresentados pelos licitantes



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

e na condução de eventual verificação de Amostra do Objeto.” (Alterado pela Instrução Normativa nº 31, de 23 de março de 2021).

Deste modo, encerrada a fase de lances, a proposta foi submetida por este pregoeiro à análise da área técnica e demandante do objeto para julgamento quanto à conformidade ao exigido em edital. Após análise dos documentos encaminhados, a área técnica manifestou-se pela aceitação da proposta ofertada, nos seguintes termos:

“Os documentos encaminhados estão de acordo com o solicitado.

Apenas como observação, o documento "COREN - VALIDACAO PROPOSTA.pdf" que faz a validação de cada requisito técnico com apontamento para documentos do fabricante, não faz isso para alguns itens que se referem à garantia. Isso não deverá ser problema já que a comprovação da garantia só é feita no momento em que o fabricante entregar o produto.”

Parece-nos que o problema principal a ser discutido é a comprovação da garantia dos equipamentos. Mais do que isso, deve-se ter clareza **quanto à possibilidade de termos a garantia** de 60 meses exigida e **quanto ao momento em que esta garantia deverá ser apresentada**.

Por lógica, devemos iniciar a discussão sobre o **momento da apresentação** da garantia que, entendido como sendo a partir da contratação, encerra a discussão sobre este assunto.

O Termo de Referência, em seu item 13.3.2, exige que a proposta seja aceita apenas se e quando apresentar todas as informações “aplicáveis e necessárias à perfeita caracterização da solução ofertada”. A área técnica, em sua análise, considerou atendido este item. Este pregoeiro teve o mesmo entendimento. Ora, estando o objeto tecnicamente dentro do solicitado e confirmada a ciência da necessidade de apresentação da garantia e capacitação dos responsáveis pela instalação/operação dos equipamentos, a proposta estava tecnicamente correta e totalmente clara, portando todos os aspectos necessários para identificarmos seus elementos.

Em seu item 13.3.3, novamente do Termo de Referência, é indicado que o Anexo III – Validação da Proposta Comercial deverá comprovar **ponto-a-ponto** os requisitos técnicos indicados no Anexo II do edital. Por conta disto, entendemos a argumentação da recorrente de que o momento da apresentação da comprovação da garantia de 60 meses seria junto com a apresentação da proposta e do Anexo III e que adicionalmente não houve documento oficial do fabricante atestando esta garantia, mas discordamos desta leitura por considerá-la excessivamente literal, a ponto de se revelar ilógica e talvez chegando a ser antieconômica e lesiva à competitividade.

Nos apresentada a recorrente a informação de que, no portal da fabricante dos equipamentos, a garantia é descrita ao público geral como sendo de apenas 36 meses, sem indicação sobre se isto seria aplicável apenas ao varejo, apenas em certos mercados ou se seria possível a contratação de tempo adicional de alguma outra forma. Mas fato é que negócios diferentes apresentam particularidades diferentes, cabendo à recorrida saber se, com seu modelo de negócios, é ou não capaz de ofertar garantia superior aos 36 meses indicados na página web <https://www.edge-core.com/supWP.php>. Além disso, não lógico ou razoável esperar que o fornecedor de qualquer bem ou serviço emita documento comprovando a garantia de algo que ainda não fora contratado. No Anexo II – Requisitos Técnicos da Contratação, temos inclusive que a garantia da licença da solução de gerenciamento deverá acompanhar a própria emissão/atribuição/cessão da licença, de maneira bastante coerente. Nas palavras da própria área técnica, **“Isso não deverá ser problema já que a comprovação da garantia só é feita no momento em que o fabricante entregar o produto”**



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Em resumo, entendemos que via de regra apenas é possível emitir um documento atestando a garantia de algo após realizada e formalizada a operação de compra/contratação, ou no mínimo em momento simultâneo. Assim, **não há que se falar na apresentação da garantia dos equipamentos/softwarees neste momento** e, consequentemente, **não é exigível documento de fabricante que a ateste**. Imaginem se toda licitante fosse obrigada a contratar serviços junto aos fabricantes de equipamentos antes mesmo de participar de licitações: teríamos inevitavelmente um aumento de preços e uma brutal diminuição na competitividade, talvez excluindo totalmente as empresas não-fabricantes de toda e qualquer disputa.

Além disso, conforme Ata da sessão, houve confirmação via chat oficial sobre este aspecto, suprimindo a falta de informações nas linhas que tratam da garantia no Anexo III preenchido pela empresa VPX Systems. Exigir novo preenchimento seria mera formalidade, tão válida quanto declaração registrada em Ata.

Apenas para reforçar a ideia, existe a figura da “Garantia Contratual” ou “Garantia da Execução” e sobre ela dispõe o Art. 56 da Lei nº 8.666/93 - não se confundindo com o tipo de garantia que aqui discutimos. Seu objetivo é assegurar indenização ao contratante no caso de prejuízos causados pelo inadimplemento do contratado, incluindo valores devidos em razão da aplicação de multas e do não cumprimento de outras obrigações. Esta garantia não foi exigida, conforme item 8.8 do Termo de Referência, mas mesmo que fosse este o caso, ainda assim a apresentação desta comprovação seria feita após a assinatura do contrato.

Quanto ao certificado emitido pela fabricante que seu(s) técnico(s) possuem capacidade técnica mínima para a realização do projeto de implantação, é bastante claro o item 4.13.1 do Anexo I – Termo de Referência de que se trata de exigência a ser atendida no momento da entrega e instalação dos equipamentos, em claro alinhamento com toda a jurisprudência acumulada sobre o tema, que em situações semelhantes considera ilegais as exigências de que a empresa já tenha em seu quadro permanente Responsáveis Técnicos e/ou profissionais similares com capacitações/atribuições específicas no momento da apresentação da proposta. A exigência prévia de quadro técnico altamente especializado significaria dizer que, antes mesmo de conhecerem o resultado do certame, as empresas já precisariam contratar e pagar antecipadamente por um profissional de capacitação diferenciada, o que faria com que tivessem de antecipar todos os custos financeiros decorrentes de tal contratação, gerando claro e óbvio prejuízo a qualquer empresa que não se sagra vencedora do certame – sem mencionar a despropositada redução na quantidade de empresas interessadas em participar deste tipo de certame. Nota-se que, novamente, a interpretação desejada pela recorrente segue pelo caminho da restrição à competitividade.

Quanto à capacidade de atendimento, seja de chamados com nível de severidade crítica ou de procedimentos de manutenção preventiva, é absolutamente irrelevante o estado onde está sediada a empresa, assim como eventuais qualidades ou defeitos de seu website comercial, que inclusive apresenta telefone com código de área 11, indicando a região onde está localizada a cidade de São Paulo. Já o e-mail indicado “suporte@vpv.systems, se não é um exemplo de criatividade e sugere algo genérico aos olhos da recorrente, também é bastante objetivo ao passar a ideia de “clique aqui para obter suporte”. A capacidade técnica, nos termos da lei, fora comprovada através da apresentação de atestados de que serviços compatíveis foram prestados. O que a recorrente nos apresenta neste ponto são apenas conjecturas sem consistência ou poder de prova. Nada do que fora apresentado implica em necessária dificuldade para atendimento aos chamados nos níveis descritos no Edital e seus anexos, mas eventual falha ensejará a aplicação de punições à contratada, incluindo possível rescisão contratual. De todo modo, isto – caso ocorra – será avaliado durante a execução do contrato e cabe à contratada organizar-se para prestar um serviço de qualidade, uma vez assinado um contrato. Não há o que mais ser exigido neste momento do ponto de vista legal para comprovação da capacidade da empresa recorrida, não prosperando a argumentação apresentada.

Sobre a não apresentação de documentação técnica, o que teria impossibilitado a análise do equipamento apresentado, a recorrida alega que todas as informações foram apresentadas no Anexo III – Validação de Proposta





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Comercial. De fato, há hiperlinks para quase todos os documentos necessários às comprovações, mas algumas linhas temos apenas a indicação de um arquivo em .PDF. No entanto, a área técnica pôde localizar todas as informações de que precisava sem maiores dificuldades. Minha própria experiência enquanto pregoeiro me mostrou ser mais fácil localizar no portal oficial da Edgecore as especificações técnicas do item ofertado (<https://wifi.edge-core.com/products/wifi6-access-point/wifi6-EAP101>, bastando clicar no botão vermelho onde se lê "Datasheet" para o equipamento EAP101, por exemplo) do que localizar a página web que mostra o tempo de garantia que a fabricante dá para seus produtos. De todo modo, a recorrida encaminhou mais dois documentos à parte que serão disponibilizados em nosso site para facilitar a identificação das especificações dos equipamentos ofertados.

5. Da decisão do Pregoeiro

Isto posto, considerando as análises supra, as considerações da área técnica durante o julgamento das propostas e a atribuição estabelecida no art. 17, inc. VII, do Decreto nº 10.024/2019, DECIDO pela IMPROCEDÊNCIA do recurso apresentado pela empresa licitante 3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA conforme a legislação aplicável, o Edital de Licitação e suas normas, mantendo-se a decisão do Pregoeiro quanto a habilitação da licitante VPX TECNOLOGIA LTDA para o Grupo único.

6. Do Encaminhamento

Remeto os autos à Autoridade Superior do Coren-SP, a qual caberá o definitivo Pronunciamento, podendo MANTER a decisão deste Pregoeiro ou REFORMÁ-LA, competindo-lhe a ADJUDICAÇÃO e a HOMOLOGAÇÃO do presente certame.

São Paulo, 30/03/2023

Rodrigo Mognilnik

Pregoeiro